REGISTRO

SINDÁGUA-MG

2005

22 Junho

Nº 131

CUT

Sind. dos Trab. Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Est. de MG

Assinado o acordo entre a Copasa e os sindicatos

O Acordo Coletivo de Trabalho 2005/2006 foi assinado na última sexta-feira, dia 17, pela direção da Copasa, SINDÁGUA, Senge e Saemg.

José Maria, presidente do SINDÁGUA, ressaltou que o acordo deste ano resgata uma posição de dignidade dos trabalhadores, depois de passarmos os dois últimos anos sujeitos a conflitos com uma direção autoritária da empresa e que demonstrava pouca sensibilidade com os direitos e reivindicações da categoria. "Vencemos um novo desafio, depois de 41 dias de negociações, estabelecendo um acordo coletivo importante e, mais ainda, uma estratégia de negociações trimestrais, evitando que as demandas dos trabalhadores sejam represadas", afirmou José Maria.

Apelou ao presidente da empresa, Márcio Nunes, para que seja dado total aparelhamento às comissões que serão constituídas para discutir o Plano de Cargos e Salários, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), a Gratificação por Desempenho Institucional (GDI) e do Grupo de Análise de Danos de Veículos e Infrações (GADVI) e Prêmio Motivacional. O SINDÁGUA cobrou da empresa uma reviravolta nos objetivos da GDI, transformando-a em um fator de motivação e não em instrumento redutor de condições salariais.

"Rigorosamente contra a terceirização"

O presidente da Copasa, Márcio Nunes, atribuiu o "melhor acordo coletivo" ao esforço para o entendimento demonstrado pelas partes que participaram das negociações durante a campanha salarial.

Márcio Nunes surpreendeu a todos os presentes com sua declaração de ser "radicalmente contra a terceirização", afirmando que não pretende implementar tal política dentro da empresa. Procurou justificar a possibilidade de suporte de serviços de terceiros quando houver necessidade de atualização técnica e, sobretudo, em cursos e treinamentos. Rechaçou, no entanto, qualquer processo de contratação de serviços de terceiros em atividades fins da empresa. Criticou a terceirização, citando uma empresa do setor elétrico, que trouxe nefastas implicações para os trabalhadores, com redução de mais de 60% do quadro de pessoal.

Preocupação com o COPASS

O Sindicato voltou a manifestar à direção da empresa sua preocupação com a necessidade de implementação de políticas que dêem sustentabilidade financeira ao Programa Suplementar de Saúde – COPASS.

Durante as negociações do Acordo Coletivo, a comissão de trabalhadores sempre procurou encaminhar a reivindicação para que a empresa elevasse sua contribuição ao Copass dos atuais 2,25% para 3,5%, medida urgente para reequilibrar sua situação financeira, que ficou vulnerável com os reajustes de preços do setor de saúde e, principalmente, a aplicação de nova tabela de honorários médicos. Sempre fomos informados que este assunto estaria sendo tratado diretamente entre a direção da empresa e a gerência do Copass, buscando compatibilizar as medidas reivindicadas. Como o Programa de Saúde tem uma administração composta por membros indicados pela empresa e outros eleitos pelo conjunto de trabalhadores, necessariamente a categoria deve ficar ciente de todas as propostas veiculadas, procurando negociar com a empresa sua maior participação nesta importante ferramenta de saúde para os trabalhadores e seus familiares.

GDI justa e transparente

A GDI foi responsável pelas discussões mais acaloradas durante as negociações do Acordo Coletivo. Procuramos demonstrar à direção da empresa que não podemos mais aceitar este modelo implantado de forma autoritária, de cima para baixo, e que funciona como instrumento de pressão para o alcance de metas.

Pelo Cláusula 2ª do Acordo Coletivo, ficou acertado que a Copasa constituirá em 60 dias uma "comissão, com a participação de representantes dos sindicatos (SENGE, SAEMG e SINDÁGUA-MG), para propor à diretoria alterações no regulamento da Gratificação de Desempenho Institucional – GDI, com transparência em todas as informações, indicadores compreensíveis e com metas factíveis de serem alcançadas."

Sindicatos mobilizados para discutir projetos de lei do Saneamento

O SINDÁGUA-MG e outras entidades sindicais do setor de saneamento de todo o País participaram de reunião promovida em São Paulo nos dias 15 e 16 de junho pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT). Estiveram na reunião de São Paulo, os diretores José Maria Santos, Rogério Matos e Carlos José Nunes (Faissal).

O tema foi abordado pelo secretário nacional de Saneamento, Abelardo de Oliveira Filho, que fez a defesa do projeto de lei do governo, e Wladimir Ribeiro, consultor contratado pela FNU-CUT, que abordou o projeto de lei do Senado, que propõe a Política Nacional de Saneamento, e a Lei de Consórcios Públicos. As discussões sobre os projetos voltam a acontecer em reuniões promovidas pela Frente Nacional de Defesa do Saneamento Ambiental nos dias 21 e 22 de junho, em Brasília, no Sindágua-DF e na Câmara Federal.

Mudanças no País param na corrupção e chantagens de um congresso podre

O lamaçal em que se transformou o Congresso Nacional e a nódoa de corrupção contra líderes do governo exigem da sociedade a sua plena participação na defesa de interesses coletivos.

Malas de dinheiro, mensalões, troca de acusações e toda espécie de falcatruas, contrastam com um Congresso Nacional que efetivamente não cumpre seu papel constitucional. Certamente perderíamos todas as discussões e veríamos todos os direitos trabalhistas e sociais serem jogados na lata de lixo, trocados por "trinta contos de réis". O governo vem administrando o País através de medidas provisórias

e dá pouco espaço para a discussão ampliada de projetos polêmicos como a "reforma sindical", que pode ser o alicerce para outra reforma, a trabalhista, simbolizada por um facão contra os direitos dos trabalhadores.

Estas mazelas denunciadas em Brasília e que ressuscitam o clima podre só visto durante o impeachment de Collor de Mello são um severo alerta sobre os riscos que nossos direitos seriam submetidos em votações envolvendo deputados, malas de dinheiro, a completa falta de caráter e descompromisso com o bem estar da sociedade brasileira.

As denúncias de corrupção significam um alerta para que a sociedade se mobilize, exigindo decência na ações governistas e de parlamentares, denunciando e cassando mandatos de todos que agem criminosamente.